Portaria n.º 857/2006 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

COR INF (19617075) José Gabriel Figueiredo Ferreira Viegas — passagem à situação de reserva nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Setembro de 2005. Fica com a remuneração mensal de € 3250,54. Conta 41 anos, 2 meses e 3 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

20 de Março de 2006. — Por subdelegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Director, *Joaquim Formeiro Monteiro*, major-general.

Portaria n.º 858/2006 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

COR MED (17872573) Mário Vieira Pragosa — passagem à situação de reserva nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Julho de 2005. Fica com a remuneração mensal de € 3089,45. Conta 37 anos, 8 meses e 15 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

20 de Março de 2006. — Por subdelegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Director, *Joaquim Formeiro Monteiro*, major-general.

Portaria n.º 859/2006 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

SAJ PARAQ (12790479) Fernando Manuel Faustino do Espírito Santo — passagem à situação de reserva nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Dezembro de 2005. Fica com a remuneração mensal de € 1840,71. Conta 36 anos, 4 meses e 8 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

21 de Março de 2006. — Por subdelegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Director, *Joaquim Formeiro Monteiro*, major-general.

Portaria n.º 860/2006 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

SMOR INF (00755975) José Manuel Passarinho Brunheta — passagem à situação de reserva nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Dezembro de 2005. Fica com a remuneração mensal de € 1994,02. Conta 38 anos, 8 meses e 14 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

21 de Março de 2006. — Por subdelegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Director, *Joaquim Formeiro Monteiro*, major-general.

Portaria n.º 861/2006 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

SCH SGE (17129177) Carlos Joaquim Carrilho Dias — passagem à situação de reserva nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Dezembro de 2005. Fica com a remuneração mensal de € 1736,26. Conta 36 anos, 2 meses e 26 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

21 de Março de 2006. — Por subdelegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Director, *Joaquim Formeiro Monteiro*, major-general.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 9753/2006 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo e no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, delegeo no director nacional da Polícia Judiciária, procurador-geral-adjunto

Dr. Alípio Fernando Tibúrcio Ribeiro, os necessários poderes para a prática dos seguintes actos:

- Conceder licenças sem vencimento por um ano e licenças de longa duração, bem como autorizar o regresso à actividade;
- Conferir posse aos funcionários por mim nomeados nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de Dezembro;
- Aprovar os programas das provas de conhecimentos específicos, no âmbito dos concursos de pessoal;
- Autorizar despesas com empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de € 200 000;
- Autorizar as despesas relativas à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, até ao limite de € 1 000 000;
- Aprovar a escolha prévia do tipo de procedimento, nos termos dos n.ºs 2 do artigo 79.º e 1 do artigo 205.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, até ao limite de € 200 000;
- Autorizar as despesas provenientes de alterações, variantes, revisões de preços e contratos adicionais às empreitadas de obras públicas e aquisição de serviços ou bens, nos termos da lei, até aos montantes referidos nas alíneas d) e e);
- Conceder adiantamentos a empreiteiros de obras públicas, nos termos da lei, até ao limite de € 200 000;
- Prorrogar os prazos de execução de empreitadas de obras públicas, dando-me conhecimento posterior de tais decisões;
- Autorizar o pagamento de encargos de anos anteriores até ao montante de € 200 000;
- Autorizar equiparações a bolseiro no País, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto;
- Autorizar deslocações ao estrangeiro de funcionários para participação em investigações no âmbito de inquéritos em curso;
- Autorizar as deslocações ao estrangeiro de funcionários para participarem em assembleias, comissões ou grupos de trabalho em que a Polícia Judiciária tenha assento, nomeadamente no Conselho de Justiça e Assuntos Internos da União Europeia, nas assembleias da INTERPOL e no conselho de administração da EUROPOL;
- Autorizar deslocações ao estrangeiro da minha exclusiva competência não abrangidas pelas alíneas m) e n) que não envolvam encargos para a Polícia Judiciária ou, envolvendo encargos, que sejam de duração até cinco dias e ainda as que se realizem no âmbito de projectos já superiormente aprovados;
- Autorizar o pagamento das indemnizações devidas para compensação de danos causados a terceiros ocasionados em acidentes de viação em que sejam intervenientes veículos da Polícia Judiciária;
- Autorizar a deslocação a Portugal de autoridades e órgãos de polícia criminal estrangeira com vista à participação e actos de carácter processual penal que devam realizar-se em território português, nos termos dos n.ºs 5 e 9 do artigo 145.º da Lei n.º 144/99, de 31 de Agosto, quando a deslocação respeitar exclusivamente àquelas entidades.

2 — Autorizo a subdelegação dos poderes delegados no número anterior, excepto os constantes das alíneas a), b), c), g), i), j), l), o) e q).

3 — Ratifico todos os actos praticados pelo director nacional da Polícia Judiciária, procurador-geral-adjunto Dr. Alípio Fernando Tibúrcio Ribeiro, no âmbito da competência abrangida pelo n.º 1, desde 5 de Abril até à publicação deste despacho.

20 de Abril de 2006. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Aviso n.º 5241/2006 (2.ª série). — *Recrutamento de pessoal para funções de apoio administrativo (vinculado à função pública).* — 1 — Faz-se público que a Direcção-Geral dos Registos e do Notariado pretende recrutar em regime de requisição, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, funcionários para exercerem funções de apoio administrativo na Loja do Cidadão de Coimbra.

2 — Requisito de admissão — ser funcionário público, preferencialmente da carreira de assistente administrativo, e pertencer aos serviços da administração central.

3 — A remuneração mensal a atribuir é a correspondente à da categoria que detém, acrescida de um suplemento de efectividade.

4 — Os funcionários a requisitar estarão obrigados ao uso do uniforme próprio da Loja do Cidadão.

5 — Prazo para a candidatura — cinco dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso.

6 — Formalização da candidatura — a candidatura é formalizada através de requerimento a remeter à Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, Direcção de Serviços de Recursos Humanos, Praça de Francisco Sá Carneiro, 13, apartado 9924, 1911-701 Lisboa, ou entregue na mesma morada e, em qualquer caso, em envelope fechado, com indicação exterior «Requisição para a Loja do Cidadão de Coimbra».

Do requerimento devem constar o nome, a naturalidade, a data de nascimento, o estado civil, as habilitações literárias, a categoria que detém, o tipo de vínculo e o serviço a que pertence, o endereço do candidato, incluindo o código postal e o telefone de contacto.

O requerimento é obrigatoriamente acompanhado do *curriculum vitae* detalhado.

7 — Funções a exercer:

- Atendimento ao público;
- Instrução de processos;
- Apoio administrativo geral.

8 — O horário de trabalho a praticar será determinado em função das necessidades específicas do serviço.

18 de Abril de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Aviso n.º 5242/2006 (2.ª série). — 1 — Para os devidos efeitos, torna-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso para provimento dos lugares de escriturário abaixo indicados:

Distrito de Aveiro:

- Conservatória do Registo Predial de Aveiro — um lugar;
- Conservatória do Registo Civil de Santa Maria da Feira — um lugar;

Distrito de Beja:

- Conservatória do Registo Civil de Odemira — um lugar;

Distrito de Braga:

- 2.ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães — um lugar;
- Conservatória do Registo Civil de Vila Nova de Famalicão — um lugar;

Distrito de Évora:

- Conservatória dos Registos Predial de Évora — um lugar;

Distrito de Faro:

- Conservatória do Registo Civil de Portimão — um lugar;
- Conservatória dos Registos Civil, Predial e Cartório Notarial de Vila do Bispo — dois lugares;

Distrito de Lisboa:

- Conservatória do Registo Civil da Amadora — um lugar;
- Conservatória do Registo Civil de Cascais — dois lugares;
- Conservatória do Registo Comercial de Cascais — um lugar;
- 1.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa — três lugares;
- 2.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa — um lugar;
- 4.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa — dois lugares;
- 5.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa — dois lugares;
- 6.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa — dois lugares;
- 8.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa — dois lugares;
- 10.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa — dois lugares;
- 11.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa — um lugar;
- Conservatória do Registo Civil de Loures — um lugar;
- Conservatória do Registo Predial de Odivelas — um lugar;
- Conservatória do Registo Civil de Oeiras — quatro lugares;
- Conservatória do Registo Civil de Queluz — um lugar;
- Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras — um lugar;

Distrito de Portalegre:

- Conservatória dos Registos Civil, Predial e Cartório Notarial de Marvão — um lugar;
- Conservatória do Registo Predial de Nisa — um lugar;

Distrito do Porto:

- Conservatória dos Registos Civil e Predial de Lousada um lugar;
- Conservatória dos Registos Civil e Predial de Paços de Ferreira — um lugar;

Distrito de Santarém:

- Conservatória dos Registos Civil, Predial e Cartório Notarial da Chamusca um lugar;
- Conservatória do Registo Civil de Santarém — um lugar;
- Conservatória do Registo Predial de Tomar — um lugar;

Distrito de Setúbal:

- Conservatória do Registo Predial da Moita — um lugar;
- Conservatória do Registo Civil de Sesimbra — um lugar;
- Conservatória do Registo Civil de Setúbal — três lugares;

Região Autónoma dos Açores:

- Conservatória do Registo Civil de Angra do Heroísmo dois lugares;
- Conservatória do Registo Civil de Praia da Vitória — um lugar.

2 — Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

3 — Podem habilitar-se ao concurso para escriturários dos Serviços dos Registos e do Notariado com, pelo menos, um ano de serviço na conservatória/cartório a cujo quadro pertencem, nos termos do n.º 1 do artigo 56.º do Decreto-Lei n.º 92/90, de 17 de Março.

4 — Critérios de preferência:

4.1 — Os escriturários classificados com *Muito bom* preferem sobre todos os outros.

4.2 — Os escriturários do quadro de serviço da mesma espécie da do lugar vago preferem aos do quadro de serviço de espécie diferente.

4.3 — Em igualdade de circunstâncias, prefere sucessivamente o que possuir melhor classificação de serviço ou maior antiguidade.

5 — Os interessados deverão formalizar a sua candidatura mediante um só requerimento, redigido de acordo com a minuta publicada no final deste aviso, dirigido ao director-geral dos Registos e do Notariado, Praça de Francisco Sá Carneiro, 13, apartado 9924, 1911-701 Lisboa, expedido até ao termo do prazo indicado.

5.1 — Os candidatos que se habilitem a mais de a um lugar deverão indicar no requerimento a ordem de preferência de todos os serviços a que se candidatam.

18 de Abril de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

ANEXO

Minuta para o requerimento

Ex.º Sr. Director-Geral dos Registos e do Notariado:

- 1 — Nome: ...
- 2 — Categoria: ...
- 3 — Data da posse/aceitação do serviço a cujo quadro pertence: .../.../...
- 4 — Serviço a que pertence e no que exerce funções: .../.../...,
- 5 — Classificação de serviço de ..., por acórdão/despacho de .../.../...,
- 6 — Requer a admissão ao concurso para a categoria de escriturário, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º ..., de .../.../..., (indicar número e data do *Diário da República*).
- 7 — Morada e telefone de contacto: ...
- 8 — Nos termos do n.º 5.1 do referido aviso, indica por ordem de preferência os seguintes serviços a que se candidata:

- 1.ª
- 2.ª
- 3.ª
- 4.ª
- etc. ...

- 9 — ...
- (data)
- 10 — ...
- (assinatura)

Despacho n.º 9754/2006 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Abril de 2006 do director-geral:

Licenciada Esmeralda Maria Alves da Rocha, conservadora dos registos civil e predial de Cinfães — autorizada a prorrogação da requisição nos serviços centrais desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a contar de 12 de Maio de 2006. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

12 de Abril de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.